



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 8º PERÍODO - DATA: 25/09/2017

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas II
Profª. Érica Cristina Molina

Questão 01

Vítor, Paulo e Márcia são coproprietários, em regime de condomínio pro indiviso, de uma casa, sendo cada um deles titular de parte ideal representativa de um terço (1/3) da coisa comum. Todos usam esporadicamente a casa nos finais de semana. Certo dia, ao visitar a casa, Márcia descobre um vazamento no encanamento de água. Sem perder tempo, contrata, em nome próprio, uma sociedade empreiteira para a realização da substituição do cano danificado. Pelo serviço, ficou ajustado contratualmente o pagamento de R\$ 900,00 (novecentos reais). Tendo em vista os fatos expostos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A empreiteira pode cobrar a remuneração ajustada contratualmente de qualquer um dos condôminos.
- (B) A empreiteira pode cobrar a remuneração ajustada contratualmente apenas de Márcia, que, por sua vez, tem direito de regresso contra os demais condôminos.
- (C) A empreiteira não pode cobrar a remuneração contratualmente ajustada de Márcia ou de qualquer outro condômino, uma vez que o serviço foi contratado sem a prévia aprovação da totalidade dos condôminos.
- (D) A empreiteira pode cobrar a remuneração ajustada contratualmente apenas de Márcia, que deverá suportar sozinha a despesa, sem direito de regresso contra os demais condôminos, uma vez que contratou a empreiteira sem o prévio consentimento dos demais condôminos.

Questão 02

“Amarildo, vendedor profissional de veículos, vendeu um automóvel usado a Reinaldo, pelo valor de R\$ 20.000,00. Como Reinaldo não tinha a totalidade do preço, celebrou contrato com o ‘Banco BZ’, que emprestou-lhe o valor de R\$ 10.000,00 para a quitação do veículo com Amarildo. No contrato com a instituição financeira foi instituída alienação fiduciária em garantia do pagamento do empréstimo e dos juros, que foi dividido em 20 parcelas de R\$ 600,00.” A partir da situação descrita e considerando-se a legislação civil em vigor, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato celebrado por Reinaldo com o Banco BZ transfere a propriedade resolúvel do automóvel para a instituição financeira, com o escopo de garantir o pagamento do valor mutuado.
- (B) É lícita a cláusula que autoriza o Banco BZ a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- (C) Com a constituição da propriedade fiduciária dá-se o desdobramento da posse, tornando-se Reinaldo o possuidor indireto da coisa.
- (D) Para que seja constituída a propriedade fiduciária, é necessário o registro do contrato junto ao cartório de notas do domicílio de Reinaldo.

Questão 03

Valério exerce a posse mansa e pacífica do imóvel rural onde reside há 27 anos. Há três acessos ao imóvel, mas o que Valério mais utiliza é uma pequena estrada, feita e mantida por ele há 21 anos, que passa por dentro de uma outra propriedade pertencente a um casal de nacionalidade inglesa e que pouco frequenta o local. Acontece que, após tantos anos, o referido casal vendeu o imóvel para uma incorporadora, a qual começou a construção de um muro que impede a passagem de Valério. Nesse caso é correto afirmar que:

- (A) em virtude da existência de dois outros acessos, nenhuma providência pode ser tomada por Valério.
- (B) Valério, por ser titular do direito de propriedade sobre a pequena passagem, pode ajuizar ação reivindicatória para impedir a construção do muro.
- (C) Valério, por ser possuidor do direito real de servidão de passagem, pode se valer da proteção possessória que a lei lhe confere.
- (D) nada pode ser feito, já que Valério é mero invasor do imóvel.

Questão 04

Timóteo e Leandro, cada qual proprietário de um apartamento no Edifício Maison, procuraram a síndica do condomínio, Leonor, a fim de solicitar que fossem deduzidas de suas contribuições condominiais as despesas referentes à manutenção do parque infantil situado no edifício. Argumentaram que, por serem os únicos condôminos sem crianças na família, não utilizam o aludido parque, cuja manutenção incrementa significativamente o valor da contribuição condominial, bem como que a convenção de condomínio nada dispõe a esse respeito. Na condição de advogado consultado por Leonor, assinale a avaliação correta do caso acima.

- (A) Timóteo e Leandro podem ser temporariamente dispensados do pagamento das despesas referentes à manutenção do parque infantil, retomando-se imediatamente a cobrança caso venham a ter crianças em sua família.
- (B) Timóteo e Leandro podem ser dispensados do pagamento das despesas referentes à manutenção do parque infantil, desde que declarem, por meio de escritura pública, que não utilizarão o parque infantil em caráter permanente.
- (C) Leonor deverá dispensar tratamento isonômico a todos os condôminos, devendo as despesas de manutenção do parque infantil ser cobradas, ao final de cada mês, apenas daqueles condôminos que tenham efetivamente utilizado a área naquele período.
- (D) Todos os condôminos, inclusive Timóteo e Leandro, devem arcar com as despesas referentes à manutenção do parque infantil, tendo em vista ser seu dever contribuir para as despesas condominiais proporcionalmente à fração ideal de seu imóvel.

Questão 05

Mário, rico fazendeiro, é proprietário de diversos terrenos em uma cidade do interior de São Paulo. Preocupado com ocupações ilegais, decide conceder a Paula o direito de plantar grãos em um de seus terrenos.

Sobre a questão hipotética envolvendo o direito de superfície, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de Mário poderá ser gratuita ou onerosa. Contudo, se onerosa, Paula só poderá realizar o pagamento em uma única parcela.
- (B) Apesar de Paula utilizar o direito de superfície, Mário é o responsável pelos encargos e tributos incidentes sobre o imóvel.
- (C) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, Paula não terá direito a indenização.
- (D) Em caso de alienação do imóvel, Paula terá direito de preferência.

Questão 06

Quanto a propriedade resolúvel incorreto afirmar:

- (A) É quando o título de aquisição está subordinado a uma condição resolutiva ou ao advento do termo.
- (B) O adquirente de algum bem, sobre o qual pende condição ou termo resolutivo, pode alegar prejuízo, advindo da subsequente resolução.
- (C) A propriedade resolúvel pode ter como causa fato superveniente, alheia ao título e posterior à transmissão do domínio.
- (D) O efeito da propriedade resolúvel será “ex nunc” quando derivar de causa superveniente e “ex tunc” quando constar do título a condição ou termo.

Disciplina: Direito Processual Tributário Profª: Laurinéia Borges

Questão 07

Um contribuinte infrator de dispositivo da legislação tributária, querendo sanear a irregularidade cometida, pretende promover a denúncia espontânea. Como essa infração resultou em sonegação do

tributo, esse contribuinte infrator, para evitar a imposição de sanções fiscais sobre ele, decidiu efetuar o pagamento do tributo devido, acrescido dos juros de mora sobre ele incidentes.

Para que essa denúncia esteja revestida de espontaneidade, ela deverá ser feita antes

- a) de o fisco dar início a qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- b) do transcurso do prazo prescricional.
- c) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal à qual a infração está vinculada.
- d) do julgamento de impugnação apresentada contra o lançamento de ofício da penalidade pecuniária.

Questão 08

João Paulo decidiu não pagar o imposto de renda do último ano, pois sua esposa Maria Clara, servidora pública, sofreu acidente de carro e foi declarada absolutamente incapaz, em virtude de traumatismo craniano gravíssimo.

Ocorre que a Receita Federal efetuou o lançamento e notificou Mauro, nos termos da lei, acerca do crédito tributário em aberto. Quando Mauro recebeu a notificação, ele se dirigiu à Receita e confessou a infração, prontificando-se a pagar, de imediato, o tributo devido, sem multa ou juros de mora.

A partir do exposto acima, assinale a afirmativa correta.

- a) A confissão de João Paulo tem o condão de excluir a sua responsabilidade, sem a imposição de qualquer penalidade. Entretanto, ele deve pagar o tributo devido acrescido dos juros de mora.
- b) João Paulo somente se apresentou à Receita após a notificação, o que exclui qualquer benefício oriundo da denúncia espontânea, devendo ele recolher o tributo devido, a penalidade imposta e os juros de mora.
- c) A incapacidade civil de Maria Clara tem reflexo direto na sua capacidade tributária, o que significa dizer que, após a sentença judicial de interdição, Ana perdeu, igualmente, a sua capacidade tributária, estando livre de quaisquer obrigações perante o fisco.
- d) Caso João Paulo tivesse procedido com mera culpa, ou seja, se a sonegação tivesse ocorrido por mero esquecimento, ele poderia pagar somente o tributo e os juros de mora, excluindo o pagamento de multa.

Questão 09

As certidões negativas que comprovam a regularidade tributária dos contribuintes são essenciais para a contratação com o Poder Público. Assim, existem situações em que existe dívida tributária mas ocorre a possibilidade de expedição de certidão positiva com efeito de negativa. Das situações abaixo, a que não permite tal expedição é:

- a) medida liminar em Mandado de Segurança
- b) depósito integral do valor do tributo
- c) recurso administrativo com efeito suspensivo
- d) ação anulatória sem tutela antecipada

Questão 10

Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário é correto afirmar:

- a) Os créditos tributários preferem os créditos trabalhistas e os créditos decorrentes de acidente do trabalho.
- b) A alienação de bens que reduza o devedor à insolvência a partir da regular inscrição do crédito tributário em dívida ativa já caracteriza fraude à execução.
- c) A cláusula de inalienabilidade, seja qual for a forma e a data de constituição, é oponível ao Fisco, desde que registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- d) A cobrança de créditos tributários é sujeita a concurso de credores e habilitação em falência, recuperação judicial, inventário e arrolamento.

Questão 11

Após ser intimada da lavratura de um auto de infração visando à cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) dos últimos cinco anos, a pessoa jurídica XYZ Participações Ltda. verificou que o tributo não era devido e ofereceu impugnação ao auto de infração. Como irá participar de uma licitação, a pessoa jurídica em questão irá precisar de certidão de regularidade fiscal – no caso, Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa (CPD-EN).

Na hipótese, considerando que o contribuinte não possui outros débitos, assinale a afirmativa correta.

- a) A impugnação ao auto de infração exclui o crédito tributário, sendo possível a emissão da CPD-EN.
- b) A impugnação ao auto de infração, sem o pagamento do crédito, impede a emissão da CPD-EN.
- c) A pessoa jurídica XYZ Participações Ltda. somente terá direito à CPD-EN caso realize o depósito do montante integral.
- d) A impugnação ao auto de infração suspende a exigibilidade do crédito, sendo possível a emissão da CPD-EN.

Disciplina: Direito Processual Penal II

Prof^a: Juliana Soler

Questão 12

São previstas as seguintes espécies de exceções no Código de Processo Penal:

- a) Impedimento; suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade da parte.
- b) Impedimento; suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade da parte e coisa julgada e da verdade.
- c) suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade da parte e coisa julgada e da verdade.
- d) suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade da parte e coisa julgada.

Questão 13

Assinale a alternativa correta:

- a) O oferecimento de exceção de suspeição do juiz provoca a imediata suspensão do processo, devendo ela ser autuada em apartado para pronta remessa ao juízo ad quem para seu julgamento.
- b) A exceção de suspeição só admite a produção de prova documental, não se admitindo a produção de prova testemunhal.
- c) Oferecida a suspeição, o processo será suspenso, caso o juiz reconheça sua suspeição, devendo a petição do recusante ser juntada aos autos e ser determinada a remessa deste último ao juiz substituto.
- d) Ao juiz é vedado afirmar-se suspeito, só podendo arguir a suspeição a parte interessada.

Questão 14

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz repute séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.
- b) Haverá questão prejudicial obrigatória nos casos em que o reconhecimento do crime depender de outra decisão, no juízo cível, quanto ao estado civil das pessoas, e a questão prejudicial será facultativa se não disser respeito a tal tema.
- c) Sendo obrigatória a questão prejudicial, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia seja dirimida por sentença passada em julgado sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.
- d) Se o reconhecimento da infração penal depender de decisão sobre questão diversa de estado civil das pessoas, da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal deverá, desde que essa questão seja de difícil solução e não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite, suspender o curso do processo, após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente.

Questão 15

João casou-se com Bia, posteriormente descobriu que Bia é sua irmã unilateral, João após determinado período contraiu novo matrimônio com Tereza, passado alguns meses João foi citado para apresentar defesa em processo criminal no qual foi denunciado pelo crime de bigamia. João te procura como advogado e relata que seu primeiro casamento é nulo, vez que foi contraído mediante infringência a impedimento desconhecido por aquele na ocasião, contudo este informa que não há ação em andamento no Juízo cível. Você como advogado de João o tranquiliza informando que o processo criminal será suspenso, ao ingressar no juízo cível buscando a declaração de nulidade do casamento, vez que no caso em tela é uma hipótese de:

- a) Questão prejudicial em sentido estrito heterogênea facultativa.
- b) Questão prejudicial em sentido estrito homogênea facultativa
- c) Questão prejudicial em sentido estrito heterogênea obrigatória.
- d) Questão prejudicial em sentido estrito homogênea facultativa.

Disciplina: Direito Processual Civil IV Profª: Laurinéia Borges S. Souza

Questão 16

No que se refere às provas no processo civil, assinale a opção correta.

- a) Foi adotado o sistema do livre convencimento puro na valoração das provas pelo juiz.
- b) O ônus da prova incumbirá à parte que produziu o documento, quando for contestada a autenticidade deste.
- c) Devido ao fato de os indivíduos com menos de dezesseis anos de idade serem incapazes para depor, o juiz não pode admitir que eles deponham.
- d) É permitido ao advogado requerer o depoimento pessoal da parte que esteja sob o seu patrocínio.

Questão 17

A respeito dos fatos que não precisam ser comprovados assinale a opção incorreta:

- a) Os fatos notórios não precisam ser comprovados, vez que são aqueles de conhecimento geral, na região em que o processo tramita;
- b) Os fatos admitidos no processo, como incontroversos, também não necessitam de provas;
- c) Os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, necessitam ser comprovados, uma vez que a parte contrária pode estar faltando com a verdade;
- d) Não necessitam ser comprovados os fatos sob os quais militam presunção legal de existência ou veracidade.

Questão 18

Segundo disposições do novo Código de Processo Civil sobre o direito probatório,

- a) as partes podem, independentemente da natureza do direito em disputa, antes ou durante o processo, convencionar a forma de distribuição do ônus da prova de forma diversa da estabelecida pela lei, desde que sejam capazes para a celebração do negócio jurídico processual.
- b) a nova legislação abandonou completamente o modelo de distribuição estática do ônus da prova, contemplada pela legislação revogada, que atribuía o ônus da prova ao autor em relação aos fatos constitutivos de seu direito, e ao réu com relação à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, passando a existir uma distribuição judicial do ônus da prova para cada demanda.
- c) a nova legislação prevê expressamente a possibilidade de produção antecipada da prova ainda que não haja situação de urgência que justifique tal antecipação, desde que a prova seja suscetível de viabilizar a auto composição ou outro meio adequado de solução do litígio ou o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

d) a lei não assegura expressamente à parte o direito de não produzir prova contra si própria, mas tal aplicação decorre dos princípios constitucionais da legalidade, da ampla defesa e do devido processo legal.

Questão 19

De acordo com o Código de Processo Civil, na audiência de instrução

- a) o Juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado tiver se ausentado injustificadamente.
- b) o Juiz não pode tentar nova conciliação entre as partes.
- c) o perito responderá a qualquer pergunta formulada pelas partes, seja qual for o objeto do questionamento, independentemente da elaboração prévia de quesitos de esclarecimentos.
- d) as testemunhas do juízo são inquiridas sempre depois das do réu.

Questão 20

Quanto à produção da prova testemunhal, é correto afirmar:

- a) É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita, somente com documentos.
- b) As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.
- c) A intimação da testemunha só será feita pela via judicial quando ela houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria, ou ainda quando se frustrar a intimação por via postal.
- d) Cabe ao Juízo informar ou intimar a testemunha arrolada pela parte do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação postal.

Disciplina: Responsabilidade Civil

Prof: Ronaldo Carvalho

Questão 21

Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Mario, dezessete anos de idade, escondido de seu pai, Golias, pegou a chave do carro da família e atropelou Xisto.
 - II. Fabiana, dezesseis anos de idade, com a permissão de sua mãe, Maria, que lhe entregou as chaves do veículo da família, dirigiu alcoolizada e colidiu o referido veículo com a moto de Fabrício.
 - III. Carlos é dono do restaurante “CC”. Seu empregado, Matias, derrubou um prato na cliente, Fátima, ferindo-a.
 - IV. Diogo é dono do hotel “AA”. Nesta madrugada um hóspede enfurecido atirou pela janela do quarto, no qual estava hospedado, vasos, um abajur e um lustre, ferindo Simone, uma transeunte.
- De acordo com o Código Civil brasileiro, responderão pelos atos praticados pelos terceiros mencionados nas situações hipotéticas,
- a) Maria, Carlos e Diogo, apenas.
 - b) Maria e Diogo, apenas.
 - c) Golias, Maria, Carlos e Diogo.
 - d) Carlos e Diogo, apenas.

Questão 22

Felipe, atrasado para um compromisso profissional, guia seu veículo particular de passeio acima da velocidade permitida e, falando ao celular, desatento, não observa a sinalização de trânsito para redução da velocidade em razão da proximidade da creche Arca de Noé. Pedro, divorciado, pai de Júlia e Bruno, com cinco e sete anos de idade respectivamente, alunos da creche, atravessava a faixa de pedestres para buscar os filhos, quando é atropelado pelo carro de Felipe. Pedro fica gravemente ferido e vem a falecer, em decorrência das lesões, um mês depois. Maria, mãe de Júlia e Bruno, agora privados do sustento antes pago pelo genitor falecido, ajuíza demanda reparatória em face de Felipe, que está sendo processado no âmbito criminal por homicídio culposo no trânsito. Com base no caso em questão, assinale a opção correta.

- a) Felipe indenizará as despesas comprovadamente gastas com o mês de internação para tratamento de Pedro, alimentos indenizatórios a Júlia e Bruno tendo em conta a duração provável da vida do genitor, sem excluir outras reparações, a exemplo das despesas com sepultamento e luto da família.
- b) Felipe deverá indenizar as despesas efetuadas com a tentativa de restabelecimento da saúde de Pedro, sendo incabível a pretensão de alimentos para seus filhos, diante de ausência de previsão legal.
- c) Felipe fora absolvido por falta de provas do delito de trânsito na esfera criminal e, como a responsabilidade civil e a criminal não são independentes, essa sentença fará coisa julgada no cível, inviabilizando a pretensão reparatória proposta por Maria.
- d) Felipe, como a legislação civil prevê em caso de homicídio, deve arcar com as despesas do tratamento da vítima, seu funeral, luto da família, bem como dos alimentos aos dependentes enquanto viverem, excluindo-se quaisquer outras reparações.

Questão 23

O Ministério Público do Mato Grosso do Sul propôs Ação Civil Pública contra sociedade comercial que explora posto de gasolina e que, segundo laudo do órgão ambiental estadual, vem causando poluição nas águas subterrâneas decorrente do vazamento de seu tanque de armazenamento. A ré defendeu-se, dizendo que comprou o posto havia 4 (quatro) meses e que a responsabilidade é da empresa que a antecedeu, que explorou o local por 15 anos. Em termos de responsabilidade civil pelo dano ambiental, é CORRETO afirmar que a ré:

- a) Não responde civilmente, porque inexistente nexos causal, face ao reduzido tempo da aquisição, entre sua conduta e o dano ambiental causado.
- b) Responde civilmente, mas pode apresentar reconvenção contra a empresa que a antecedeu no local para ver-se ressarcida da indenização a que vier a ser condenada pelo tempo anterior à aquisição e por danos morais.
- c) Responde civilmente, todavia proporcionalmente pelo tempo em que explora o comércio de gasolina.
- d) Responde civilmente, em caráter solidário, porque, além de sucessora, omitiu-se no dever de preservação ambiental da propriedade.

Questão 24

Em ação criminal, decidiu-se, por decisão transitada em julgado, que L desferiu um tapa em B. De acordo com o Código Civil, no juízo cível, em ação na qual se busca a responsabilização civil de L:

- a) poderá ser questionada a existência do fato e seu autor, independentemente da existência de provas novas, pois a responsabilidade civil independe da criminal.
- b) poderá ser questionada a existência do fato e seu autor, se houver provas novas.
- c) poderá ser questionada a existência do fato, porém não seu autor, se houver provas novas.
- d) não poderá ser questionada a existência do fato nem seu autor.

Disciplina: Interpretação e Produção de Textos
Profª: Renata Ap. de Freitas Araújo e Andrade

Questão 25

Analise o parágrafo a seguir, extraído de um texto dissertativo-argumentativo.

Diante de diversos problemas ambientais gerados pela sociedade contemporânea, surgiram em várias partes do mundo debates sobre o uso racional da água: um caminho possível. Aparentemente infinita, a água doce do mundo existe em quantidade menor do que, em geral, as pessoas pensam. Ao se falar em água, imediatamente as pessoas se lembram de que 70% da superfície terrestre é composta de água, assim como nosso corpo. Entretanto, não se lembram de que boa parte desta água é imprópria para o consumo humano.

Assinale a alternativa **incorreta** em relação a esse parágrafo:

- a) O autor adota a postura de argumentador, já que quer convencer o leitor a aceitar/respeitar sua tese.
- b) As ideias apresentadas denotam pessoalidade, ou seja, há argumentação voltada para aspectos sentimentais.
- c) O trecho apresenta um dado estatístico, mas não há citações.
- d) A linguagem apresentada obedece à norma culta da Língua Portuguesa.

Questão 26

Assinale a alternativa incorreta no que se refere às características do texto dissertativo-argumentativo de acordo com a teoria estudada em sala:

- a) A impessoalidade deve predominar nesse tipo de texto, portanto devem ser evitados apelos emocionais.
- b) O texto dissertativo-argumentativo apresenta três partes obrigatórias: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- c) O ponto de partida dessa composição textual é um tema polêmico e de interesse de toda a sociedade.
- d) O autor deve apresentar uma tese a ser defendida, ou seja, um ponto de vista. Não há prejuízos caso isso seja feito na conclusão do texto.

Questão 27

Analise o trecho a seguir, introdução de um texto dissertativo-argumentativo:

O compadrismo é uma autêntica instituição nacional, nascida dessa nossa tendência para a aproximação e a camaradagem. Também a nossa política anda impregnada desses mesmos sentimentos, o que deve ser mudado, já que têm levado o Brasil à beira do abismo, porque o governo tem de ser muito pessoal e individualista, cheio de vantagens e proteções, de abraços e intimidades. (A. da Silva Mello)

Assinale a alternativa que apresenta a tese defendida pelo autor:

- a) O compadrismo deve ser abolido para que a política brasileira tenha atuação positiva e o país volte a crescer.
- b) O compadrismo existe somente na política.
- c) Não há compadrismo em nossa política, já que nossos governantes não são individualistas.
- d) O compadrismo é uma instituição americana e tem feito a desgraça política da mais poderosa nação do continente.

Questão 28

Sobre o texto dissertativo-argumentativo, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de um tipo de texto que descreve com palavras o que se viu e se observou. Tipo textual desprovido de ação, em que o ser, o objeto ou o ambiente são mais importantes. Valorização do adjetivo, que ocupa lugar de destaque na frase.
- b) Tem como principal objetivo contar uma história, seja ela real ou fictícia, e até mesmo mesclando dados reais e imaginários. Apresenta uma evolução de acontecimentos, ainda que sem linearidade ou relação com o tempo real.
- c) Tipo de redação escrita em prosa sobre determinado tema, sobre o qual deverão ser apresentados argumentos, provas, comparações e exemplos a fim de que um ponto de vista seja apresentado.
- d) Tipo de texto que indica para o leitor os procedimentos a serem realizados. Nesse tipo de texto, as frases, geralmente, a linguagem é impessoal e de acordo com a norma culta.

Disciplina: Tópicos Emergentes em Direito Prof: Mário César M. Miranda

Questão 29

O Deputado Federal pelo Estado da Tapioica, foi objeto de extensa investigação, e diversas reportagens jornalísticas que indicaram sua participação em fraudes contra a previdência social. Além disso, inquéritos da polícia chegaram a fortes indícios de diversas práticas criminosas por uma quadrilha por ele liderada. O Ministério Público ofereceu denúncia contra sete acusados, incluindo o parlamentar. Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) Os deputados federais não podem ser presos em hipótese alguma, pois são invioláveis, na forma prevista na Constituição da República.
- b) O processo criminal contra o deputado federal deve ser tramitado perante o Superior Tribunal de Justiça e tem procedimento especial previsto em lei.
- c) Os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa; não sendo concedida a licença, ficará suspensa a prescrição, até o fim do mandato.
- d) O tribunal competente, recebida denúncia contra o deputado federal por crime ocorrido após a diplomação, dará ciência à Câmara dos Deputados, que poderá sustar o andamento da ação por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, até a decisão final.

Questão 30

“Fininho”, Senador da República pelo Estado do “Triângulo”, no decorrer do recesso parlamentar, viaja de férias com a família para um *resort* situado no Estado do “Noroeste”, a fim de descansar. Todavia, em meio aos hóspedes que ali se encontravam, deparou-se com “Paquetá” político, com quem acabou por travar áspera discussão em torno de temas políticos já discutidos anteriormente no Senado. “Fininho”, durante a discussão, atribuiu ao seu adversário a responsabilidade pela prática de fatos definidos como crimes, além de injuriá-lo com vários adjetivos ofensivos. “Paquetá”, inconformado com as agressões públicas a ele desferidas, decidiu ajuizar queixa de “Fininho”. Tendo em vista as particularidades da narrativa acima e considerando o que dispõe a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) Fininho, mesmo fora do espaço físico do Congresso Nacional, é alcançado pela garantia da imunidade material, tendo em vista que as ofensas proferidas estão relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.
- b) Fininho, por estar fora do espaço físico do Congresso Nacional, não é alcançado pela garantia da imunidade material, respondendo pelos crimes contra a honra que praticou.

- c) Fininho não está coberto pela garantia da imunidade material, tendo em vista que as ofensas foram proferidas em um momento de recesso parlamentar, o que afasta qualquer relação com a atividade de Senador.
- d) Fininho não está coberto pela garantia da imunidade material, visto que, durante o recesso parlamentar, sequer estava no território do Estado que representa na condição de Senador.

Questão 31

O senador "Sassá" ausentou-se das atividades do Senado Federal para tratar de assunto de interesse particular por cento e cinquenta dias ininterruptos e, diante desse fato, enfrenta representação para a perda do seu mandato, por não ter comparecido à terça parte das sessões ordinárias da Casa, que foram realizadas no período em que esteve e ausente.

Nessa hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) A perda do mandato do referido senador será decidida pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada a ampla defesa.
- b) A perda do mandato do referido senador poderá ser declarada pela Mesa da Casa Legislativa de ofício ou mediante provocação de qualquer dos seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada a ampla defesa.
- c) Não poderá o referido parlamentar perder o mandato, já que o afastamento não ultrapassou cento e oitenta dias dentro da mesma sessão legislativa.
- d) Caso o referido senador venha a renunciar após submetido ao processo que vise ou possa levar à perda do seu mandato, haverá o arquivamento do processo pela perda do seu objeto.

Questão 32

Considerando-se o disposto na Constituição Federal de 1988, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.

- () O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- () O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, sendo que cada um destes elegerá quatro Senadores, com mandato de oito anos.
- () Cada Senador será eleito com três suplentes.
- () O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de sessenta Deputados.
- () A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) F – V – V – F – V
- b) V – F – F – V – V
- c) V – F – F – F – V
- d) V – F – V – F – V

Toda a educação, no momento, não parece motivo de alegria, mas de tristeza. Depois, no entanto, produz naqueles que assim foram exercitados um fruto de paz e de justiça.